EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Nátaly Rafaela Tonini Moreira¹

Geovani Ramos Menezes²

Marcelo Negri Soares³

RESUMO

A presente pesquisa tem como escopo analisar o impacto do projeto de extensão aplicado e promovido pela Universidade Cesumar (UniCesumar) e pelo Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI), intitulado “Acesso à Justiça: Objetivos e Instrumentos Jurídicos Simplificados para a Ampliação do Alcance da Tutela Jurisdicional Adequada dos Direitos da Personalidade – A Universidade vai à Comunidade”, que tem como objetivo estimular o empoderamento jurídico eficaz para as pessoas em estado de vulnerabilidade, por meio de palestras e apresentações em escolas, organizações da sociedade civil, comunidades, entre outros, para expandir o acesso à informação, tendo como objetivo principal auxiliar a sociedade com informações provenientes dos estudos universitários, e como objetivo secundário, promover o crescimento profissional, moral e intelectual de acadêmicos, mestrands e doutorandos. Utilizou-se o método dedutivo com abordagem qualitativa, com pesquisa documental e bibliográfica. A contribuição reside em sua justificativa e na relevância de seus benefícios quando da aplicação do projeto para o bem acadêmico e social. Conclui-se que os métodos de implementação utilizados, além daqueles que ainda estão em desenvolvimento, são um mecanismo que tutela pelo direito à informação, bem como relevante por sua contribuição social.

40

Palavras-chave: UniCesumar; sociedade; acadêmicos; estudos universitários.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the impact of the extension project implemented and promoted by Universidade Cesumar (UniCesumar) and the Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI), entitled “Access to Justice: Objectives and Simplified Legal Instruments for Expanding the Adequate Jurisdictional Protection of Personality Rights – The University Goes to the Community.” The project seeks to foster effective legal empowerment for individuals in situations of vulnerability through lectures and presentations in schools, civil society organizations, and communities, among other settings, to expand access to legal information. Its primary objective is to assist society by disseminating knowledge derived from

¹ Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Cesumar - UniCesumar, Campus Maringá-PR. Bolsista PIBIC/ICETI-UniCesumar. E-mail: natalyrafaela.pesqacad042@gmail.com.

² Mestrando em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar - UniCesumar, Campus Maringá-PR. Bolsista PROSUP/CAPES. E-mail: geovani_menezes@hotmail.com.br.

³ Orientador, Pós-doutor pela Universidade de Coimbra (PT) e pela Universidade Nove de Julho, São Paulo (BR). Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP. Docente - UniCesumar. E-mail: negri@negrisoares.page.

academic studies, while its secondary objective is to promote the professional, moral, and intellectual development of undergraduate and postgraduate students, including master's and doctoral candidates. The research employed the deductive method with a qualitative approach, utilizing documentary and bibliographic research. Its contribution lies in its justification and the relevance of its benefits when applying the project for academic and social advancement. The study concludes that the implementation methods used, along with those still under development, serve as a mechanism for safeguarding the right to information and are significant due to their social contribution.

Keywords: UniCesumar; society; academics; university studies.

1 INTRODUÇÃO

A Letra da lei da Constituição Federal foi estruturada de forma que um de seus pilares mais importantes, o que agrega substância ao restante do ordenamento jurídico, se trata da proteção dos direitos individuais e coletivos, garantindo tanto direitos fundamentais, quanto direitos patrimoniais. Ao discorrer sobre o assunto, identificou-se que ao se tratar de certas garantias, elas podem conter além do âmbito nacional, o internacional, apenas enfatizando a importância de sua ciência para uma subsistência digna. A sociedade e seu desenvolvimento interativo, com passar dos anos demonstraram a necessidade de moldar suas normas em torno de um objeto generalizado que se basearia em uma convivência pacífica e justa entre as pessoas, evitando desigualdades sociais, como garante o art. 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988, o que em teoria tem se saído melhor do que na prática.

Uma das garantias mencionadas no artigo 5º, mais precisamente em seu inciso XXXIII, assegura ao cidadão o direito irrenunciável ao acesso à informação, descrita na Lei Federal nº 12.527/11, em seu art. 4, inciso I como: “dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato” (Brasil, 2011).

A descrição remete a ideia de que o acesso a todo e qualquer conhecimentos existentes no acervo do Estado e de sua administração é devida, em exceção as restrições previstas em lei, quando em seu exercício acomete certos direitos, por exemplo, a segurança da sociedade, direito à intimidade, vida privada, honra e a imagens pessoais. Evidentemente, as pessoas, indivíduos ou coletividade, possuem pleno direito de serem advertidas quanto às garantias existentes sobre seus direitos, bem como a criação e aprovação de novos projetos de lei que desenvolvam sobre tal (Martins, 2014).

Dessa forma, pode-se simplificar que em teoria é dever do Estado e da Administração Pública, independente da “escassez” de seus recursos, garantir o acesso à informação. Porém, analisando-se a forma de que é inserida essa garantia na sociedade, há casos em que, mesmo que assegurado conforme supracitado, o indivíduo não goza plenamente deste direito, causando um desencadear de negligências em razão do mesmo (Martins, 2012).

O Estado tem tentado suprir essa carência por meio da colaboração público-privada, a qual se trata da atuação de particulares, sob a regulamentação estatal, em atividades do Estado que visa, a efetivar direitos fundamentais (Carolina et al., 2018), uma vez que estes devem ser alcançados por todos os indivíduos, ainda que por diferentes meios. Embora esteja previsto como obrigação do estado atuar na transmissão de informações, esta não é considerada exclusiva, podendo ser sanada pelas iniciativas privadas, recurso que deveria ser mais investido e incentivado, uma vez que o benefício agregaria a sociedade, evitando possíveis fraudes e omissões.

Com isso em mente, a Universidade Cesumar (Unicesumar) e seu departamento de pesquisa, o Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI), promoveram o projeto “Acesso à Justiça: Objetos e os Instrumentos Jurídicos Simplificados para Ampliação do Alcance da Tutela Jurisdicional Adequada dos Direitos da Personalidade – A Universidade Vai À Comunidade”. A proposta do projeto tem como escopo a comparação com o sistema vigente e na apresentação de conclusões com o incremento de novas propostas.

Como objetivo, tem-se demonstrar que o método mais eficaz para implementar modificações no sistema atual é o acesso à informação, incentivando as sociedades vulneráveis a agir mais ativamente em relação aos seus direitos e deveres e auxiliando o Estado a disseminar esse conhecimento na sociedade. O projeto promovido pela universidade traz uma ideia visionária, ajudando não apenas seus alunos em seu desenvolvimento profissional, mas também auxiliando e esclarecendo dúvidas sobre os temas expostos à sociedade.

Portanto, este artigo tem como objetivo analisar as ações desse projeto no biênio 2022/2023, por meio do método qualitativo e análise das atas de cada encontro, com a intenção de informar como ele foi planejado e implementado. O presente estudo contribui para a academia e para novas políticas e iniciativas de participação de instituições de ensino no berço social, na medida que difunde e propaga o debate dos benefícios dessas práticas de extensão.

2 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO - O DIREITO À INFORMAÇÃO

Introduzindo brevemente no que tange o direito à informação, ele se trata da transparência dos atos governamentais, a qual serve como base para que os cidadãos desfrutem outros direitos, bem como atuem ou intervenham sobre as decisões do Estado quando necessário (CEPIK, 2000), o que se trata da característica principal de um Estado democrático de direito. Sua efetivação legal se deu por início em na Suécia, em 1766, após isso, houve um desencadear de atos que a concretizaram em outros países, tais como nos Estados Unidos, em 1996, com a Lei de liberdade de Informação, na Colômbia, que foi o primeiro país a disponibilizar o acesso a documentos do governo, dentre esses, México, Chile, Uruguai constituíram outros atos para sobrelevar sua importância (Emanuelle et al., 2012), organizações internacionais, como a ONU, OEA também o reconheceram como um direito fundamental, bem como recomendaram a adoção de uma lei específica, em que seus relatores afirmavam que:

o direito de acessar informações detidas pelas autoridades públicas é um direito humano fundamental que deve ser efetivado no nível nacional através de legislação abrangente (por exemplo, leis específicas sobre liberdade de informação), baseada na premissa da máxima abertura, estabelecendo a presunção de que toda informação é acessível, sujeita apenas a um restrito sistema de exceções.

43

Segundo levantamento publicado em 2018 pela Artigo 19, “90% da população mundial vive em um país que conta com uma lei ou política de direito à informação; 90 países incluíram especificamente o direito à informação em suas constituições; 118 países adotaram leis gerais de direito à informação; e 46 países adotaram decretos ou políticas públicas em vez de leis para garantir o direito à informação para a população”.

Com o passar dos anos o direito à informação também tomou forma no Brasil, o que de início era restrito aos colonizadores e a igreja, foi evoluindo através da promulgação da Constituição Federal e com a ratificação de tratados internacionais que obrigam o Estado a cumprir com sua obrigação de assegurar o acesso à informação e sua divulgação, não apenas quando solicitado, como também deve ser pró-ativo, no sentido de produzir e divulgar as informações de interesse público que estão em seu poder (Martins, 2012), há também o princípio da publicidade, previsto na Constituição Federal, no art. 37, *caput*, que tem por finalidade impor ao gestor público que sua atuação se dê tornando públicas as suas condutas (Figueiredo, 2008).

2.1 A DESINFORMAÇÃO COMPILADA COM O ESTADO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DOS CIDADÃOS

A gravidade de miséria no Brasil é alarmante, visto que o problema de nosso país não seria a escassez de seus recursos, mas sim de sua desigualdade social, uma vez que parte da população não é capaz de gerar uma renda sustentável que venha a garantir uma vida digna às famílias vulneráveis, às submetendo à exclusão social, possuindo dificultosamente o acesso a políticas sociais básicas como trabalho, educação, saúde, habitação e alimentação (Gomes, 2005).

Para um país que possui como critério os princípios da universalidade e o da princípio da dignidade da pessoa humana, em que o primeiro se trata de assegurar serviço a todos, independente do poder aquisitivo de seu usuário (Carolina *et al.*, 2018), e o segundo, previsto no art. 1, inciso II da CF/88, que concebe a valorização dos indivíduos por si só, independentemente de suas características e de sua situação financeira, o retrocesso social e a dificuldade que o Estado possui para cumprir com sua obrigação de disponibilizar o acesso à informação dos direitos e deveres que cabem a essas comunidades, é preocupante. Prover recursos para a circulação dessas informações é crucial para o exercício da democracia, uma vez que possibilita uma transparência maior entre governo e sociedade civil, permitindo que sua administração seja monitorada, bem como controlada pela sociedade (Ferreira *et al.*, 2012).

O acesso à informação é considerado fundamental para a sociedade democrática em que vivemos hoje, pois a atuação dos cidadãos para com administração do estado se mostra importante, uma vez que eles têm direito de influenciar e participar nos processos decisórios sobre matérias de interesse público. O conceito de um governo aberto é propor que seus procedimentos e processos governamentais sejam mais transparentes, sendo a informação um instrumento indispensável para a formação de um estado democrático de direito decente, pois sem o conhecimento adequado tanto de seus direitos e deveres, quanto das decisões de seus representantes, a população está sujeita a certos abusos (Martins, 2012).

Principalmente quando fala-se sobre a vulnerabilidade social de alguns cidadãos e suas famílias, com as alterações socioeconômico-culturais no processo de globalização da economia capitalista, houve interferência na dinâmica e estrutura familiar que possibilitou alterações em seu padrão tradicional de organização. A família é conceitualizada como um espaço indispensável para a garantia e sobrevivência dos que a compõem, sendo responsável pelo

desenvolvimento do indivíduo, moldando seu caráter, princípios e valores éticos e morais (Kaloustian; Ferrari, 1994), de forma que a composição de sua estrutura para desempenhar este papel decisivo na educação formal e informal de seus membros se torna um tópico importante para a construção do Estado, uma vez que este indivíduo faz parte da sociedade, Petrini introduz que “no decorrer da evolução histórica, a família permanece como matriz do processo civilizatório, como condição para a humanização e para a socialização das pessoas.”

Logo, identifica-se que a família surge como um fundamento da sociedade, uma vez que se trata da influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas (Gomes, 2005). Desse modo, a qualidade de vida dos que a complementam pode influenciar diretamente no aspecto organizacional do Estado, especialmente quando se trata de famílias vulneráveis, estas estão em constante conflito por relacionarem o que era para ser um “lar” com algo que sugere instabilidade e esgarçamento, impedindo-as de obter um desenvolvimento estrutural saudável, uma vez que seus direitos estão sendo negados (Gomes, 2005).

Ao citarmos a influência dessa divisão de classes sociais, fica evidente que famílias que se encontram em melhor situação financeira, conseguem proporcionar mais oportunidades e acesso educacional para suas próximas gerações, demonstrando que desigualdade social ainda se mostra exorbitante em nossa sociedade (Bertoncelo, 2014). A pobreza ultrapassa a esfera econômica, fazendo com que as comunidades carentes não sejam inseridas no mapa político, ficando imersas na ignorância, as tornando presas fáceis daqueles que se apropriam ou controlam a informação, o que pende ainda mais para as disparidades socioeconômicas. (Martins, 2012).

A ausência dessa cooperação pode gerar danos irreversíveis para o cidadão, além de submetê-lo a manipulação de qualquer indivíduo praticante da má-fé, no que se pese, a globalização, vem tornando o mundo um pouco menor, com o aumento da comunicação e das trocas quase instantâneas de informações, permitindo que o desenvolvimento tecnológico e científico se expanda (Barbosa, 2001), visto que a legislação brasileira está em constante mudança. Cabendo a nós, nos perguntarmos se o Estado, que já se encontra com dificuldades de promover esta garantia adequadamente, será capaz de cumprir com sua obrigação sozinho, uma vez que, admitidos os direitos fundamentais, os mesmos não podem ser abandonados e nem diminuídos (Carolina *et al.*, 2018).

2.2 DA FACULDADE UNICESUMAR E DO ICETI (INSTITUTO CESUMAR DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO)

A inserção do auxílio privado para com as atividades da administração pública se deu início em 1992, na Inglaterra, primeiramente foi desenvolvido um programa governamental denominado “Private Finance Initiative”, cujo seu método de aplicação se voltava mais para a administração privada em projetos públicos, atribuindo-os a responsabilidade na implementação e dos riscos econômicos dos mesmos, seu principal objetivo era promover a eficácia na aplicação dos recursos econômicos e financeiros necessários à realização do empreendimento público. Após isso, este programa sofreu algumas alterações, atribuindo a responsabilidade pela efetividade do projeto não só para o particular, mas como para o poder público, passando a ser denominado de “Public-Private Partnership” (Nakamura, 2019).

A partir disso, diversos países desenvolveram programas de parcerias com diferentes graus de intensidade e sucesso, no Brasil, a discussão sobre a adoção de um programa de parcerias começou em 2002, mas foi somente em dezembro de 2004 que a Lei de PPP – Lei nº 11.079/2004 – foi aprovada, o uso das Parcerias Público-Privadas (PPP) deveria ser motivado por razões de eficiência na prestação de serviço e no uso dos recursos públicos (Brito *et al.*, 2005), sua criação foi aclamada, uma vez que viria como solução para a sobrecarga do Estado com suas obrigações mediante a colaboração privada, mas ressalta se que, se mal utilizadas, as PPPs podem causar danos consideráveis ao interesse público, uma vez que podem ocasionar o comprometimento orçamentário exorbitante ao se tratar do projeto, por um período extremamente longo, dessa forma, para a implementação de uma PPP, o caso deve ser levado para análise minuciosa de ganhos, exaltando sempre o interesse público (Nakamura, 2019). Podemos verificar que esta colaboração privada, bem elaborada, pode amparar a dificuldade que o estado possui para implementar com eficácia a atuação de seus projetos, sendo um deles a garantia dos direitos fundamentais coletivos e individuais (Machado *et al.*, 2020).

A Faculdade UniCesumar é uma instituição de ensino superior privada com uma sólida trajetória de 30 anos, destacando-se pela qualidade acadêmica, evidenciada pela nota 5 no MEC. Com um corpo docente qualificado, onde mais de 80% dos professores possuem títulos de mestre ou doutor, a UniCesumar se compromete com a formação de mais de 320 mil alunos, tanto no Brasil quanto no exterior, oferecendo cursos presenciais e EAD (UniCesumar, 2024). A partir da UniCesumar, foi criado o ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e

Inovação. Este instituto é uma associação sem fins econômicos, com autonomia administrativa e financeira, localizada em Maringá/PR. O ICETI tem a missão de promover o desenvolvimento científico e tecnológico, podendo atuar em todo o território nacional e contribuindo para a inovação e a pesquisa no país, são mais de 200 pesquisadores, abrangendo diversos assuntos com enfoque em 3 áreas, sendo elas, Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, e Engenharias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Seus recursos advêm de contribuições, patrocínios, doações, anuidades, mensalidades, rendas, investimentos ou legados, constituídos por associados ou terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras (ICETI, 2023).

2.3 PROJETOS DE EXTENSÃO PROMOVIDOS ATUALMENTE - “A UNIVERSIDADE VAI À COMUNIDADE”

No Brasil, as universidades priorizam o desenvolvimento de novos pesquisadores, uma vez que suas iniciativas conduzem ao processo de transformação da sociedade. É correto afirmar que, quase exclusivamente, as universidades são responsáveis pela formação de futuros cientistas (Bariani, 1998). Em um artigo publicado em 1993, intitulado *Jornal da Alfabetizadora*, já se discutia a importância da pesquisa nas atividades acadêmicas desde a educação básica.

A instituição juntamente com o ICET, fomentam diversos projetos em diferentes ramos, atualmente na área de ciências humanas, sociais aplicadas são 18 projetos em desenvolvimento, todos voltados às garantias e direitos fundamentais dos indivíduos (ICETI, 2024), ela atua ativamente na sociedade por meio de atividades extracurriculares executadas por seus graduandos em diferentes grupos sociais, canais de notícias disponibilizados pela fundação unicesumar e projetos de extensão que proporcionam atendimento a comunidade (UniCesumar, 2024).

O fomento de projetos de expansão ocorre em diferentes áreas, de acordo com a Unicesumar (2022), dois de seus projetos foram aprovados no edital de 01/2022 da Secretaria da Saúde Tecnologia e Ensino Superior, trata-se do programa Universidade sem Fronteiras que é inserido no programa Paraná mais Ciência, que contemplaram o projeto “A Extensão Comunitária como Ferramenta de (Trans)Formação Humana e Social no Envelhecimento” e o projeto “Combate das Sequelas Decorrentes da Covid Longa em Idosos de Acordo com o

Estado Nutricional”, ambos voltados a oportunizar o bem estar social, providenciando atendimentos ao público.

Além disso, no curso de Direito, a universidade viabiliza o Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC), o qual possui o objetivo de promover a justiça restaurativa que tem se mostrado muito eficiente nos dias atuais.

3 DAS CARACTERÍSTICAS TEÓRICAS PARA A APLICAÇÃO DO PROJETO NA SOCIEDADE

O projeto proposto pelo Centro Universitário de Maringá (UniCesumar) e pelo Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI), sob a liderança do Prof. Dr. Marcelo Negri Soares, tem como premissa a ideia de que as produções científicas devem ser divulgadas para a sociedade, destacando as formas atuais de aplicação do direito, com base em julgados precedentes e nas recentes alterações do direito processual e material (Soares *et al.*, 2022).

Possui o objetivo promover a disseminação de informações para sociedades vulneráveis, incentivando estudos relacionados ao direito processual e material, abordando temas como: a) princípio do devido processo legal; b) dever de colaboração das partes; c) inconstitucionalidade por arrastamento; d) tutelas de urgência; e) tutelas de evidência; f) supressão de recursos no sistema legal; g) inovações nos prazos processuais; h) dever de colaboração das partes; i) tutela executiva; j) mediação e arbitragem; k) empoderamento de minorias vulneráveis; l) temas gerais relacionados ao Código de Processo Civil, influência do direito comparado e efetividade da jurisdição (Soares *et al.*, 2022).

O projeto é regido pela metodologia hipotético-dedutiva, podendo, em alguns momentos, utilizar-se também da metodologia dialética, com a pretensão de aprofundar os temas abordados, visando analisar a efetividade dos mesmos, colhendo críticas aos modelos positivados e novidades apresentados em projetos em andamento no Poder legislativo (Soares *et al.*, 2022).

3.1 METODOLOGIA UTILIZADA

O projeto introduz o método dedutivo com abordagem qualitativa, realizada por meio

de pesquisa teórica mediante o exame da legislação vigente, as tendências de propostas de nova legislação e críticas doutrinárias.

A sistemática do método abordado se baseia no conjunto formado pelo Método de Dedução Direta e o Método da Dedução Indireta ou da Redução ao Absurdo, em que o primeiro é uma abordagem lógica utilizada para chegar a uma conclusão a partir de premissas ou axiomas já aceitos, sem a necessidade de recorrer a hipóteses intermediárias ou induções. Já o segundo consiste na demonstração em que se assume, inicialmente, que a proposição a ser provada é falsa. A partir dessa suposição, se busca chegar a uma contradição ou a uma consequência absurda, algo que seja logicamente impossível ou contraditório (Vieira, 2017).

3.2 OBJETIVOS DE 2023/2024

A elaboração de projetos científicos é essencial para fomentar a busca pelo conhecimento, promovendo, conseqüentemente, o crescimento da sociedade por meio de pesquisas (Bariani, 1998). Como mencionado anteriormente, as instituições de ensino desempenham um papel central na disseminação do conhecimento, sendo majoritariamente responsáveis tanto pela sua elaboração quanto pela preparação da comunidade para utilizá-lo de forma eficaz e responsável (Bariani, 1998).

Na primeira fase do projeto, o objetivo primordial é o desenvolvimento da IC, a qual proporciona ao acadêmico um aprofundamento no tema abordado, preparando-o para desenvolver diversas competências relacionadas à pesquisa. Entre essas competências, destacam-se a compreensão do significado e da relevância da pesquisa, o entendimento do método científico e o aprimoramento da redação, especialmente no contexto jurídico (Soares *et al.*, 2022). A elaboração de projetos científicos, portanto, busca desencadear e desenvolver habilidades e competências dos acadêmicos, promovendo seu crescimento intelectual e profissional (Bariani, 1998).

Além disso, em uma etapa subsequente ao estudo inicial, o acadêmico é incentivado a dominar o tema proposto, analisando e compreendendo o conceito e a natureza jurídica do instituto em estudo. Esse processo inclui a investigação de suas origens, aspectos históricos e evolução, bem como a análise crítica do texto legal e doutrinário. Por meio dessa abordagem, o acadêmico é instigado a desenvolver uma visão mais ampla e fundamentada sobre o tema, promovendo discussões enriquecedoras que vão além da simples reprodução de conhecimentos

pré-existentes, em seguida, efetuando a veiculação dos resultados da pesquisa, ainda que parciais, em palestras para sociedades vulneráveis (Soares *et al.*, 2022).

A segunda fase do projeto concentra-se na análise da atividade jurisdicional dos tribunais, com foco na maneira como estas instituições solucionam conflitos e na importância dos tribunais como fonte de produção e interpretação do direito. Essa etapa envolve um estudo comparativo entre os papéis desempenhados pela jurisprudência dos tribunais superiores e dos tribunais locais, destacando suas particularidades e contribuições para o ordenamento jurídico (Soares *et al.*, 2022).

Além disso, esta fase busca ampliar o entendimento sobre a influência das decisões judiciais na construção de normas e na consolidação de entendimentos jurídicos, fortalecendo o vínculo entre teoria e prática. Por fim, os resultados definitivos da pesquisa serão organizados e apresentados à sociedade, promovendo o acesso ao conhecimento gerado e incentivando discussões sobre os impactos da atividade jurisdicional no contexto social e jurídico (Soares *et al.*, 2022).

3.3 GRUPOS DE PESQUISA - ACADÊMICOS

50

De acordo com Bazin (1983), a elaboração de iniciações científicas e projetos de expansão foi implantada com o objetivo de ser uma segunda ruptura positiva no treinamento intelectual dos alunos. Mas, o mais importante seria a possibilidade de mudança de perspectiva, no sentido de como se encara a atividade científica. Considerando que a IC pode ser uma etapa da independência intelectual:

[...] como parte de um processo de formação, de um caminhar para fazer ciência no sentido da definição dada por Feynman: “Fazer ciência é conseguir deixar de acreditar nos peritos. Isto é, se você substitui aos peritos, você está realmente se transformando em um indivíduo seguro pelo seu trabalho próprio e abandona a atitude de simplesmente aceitar como verdade o que é dado por outros.

Sendo importante destacar que, entre as condições indispensáveis para o investigado se encontram o interesse, curiosidade intelectual, criatividade, perseverança no trabalho, integridade intelectual, independência cognitiva e auto-disciplina (Bariani, 1998). Basicamente, as qualidades importantes se baseiam em uma combinação de conhecimentos básicos e uma prontidão para perceber o extraordinário (Bariani, 1998).

O projeto mencionado é direcionado especificamente aos alunos da graduação em

Direito e do Mestrado em Ciências Jurídicas que possuem interesse no estudo dos instrumentos de efetivação dos direitos da personalidade. Além disso, vincula-se ao estudo do Direito Público e do Direito Processual. Sua linha de pesquisa mantém-se no âmbito dos direitos da personalidade, apoiando-se em teorias relacionadas tanto ao Direito Adjetivo quanto ao Direito Substantivo (Soares *et al.*, 2022).

A participação do graduando em projetos de extensão demonstra-se essencial para a formação de cidadãos e profissionais comprometidos não apenas com a excelência técnica, mas também com princípios éticos e sociais. Essa experiência promove a produção e o desenvolvimento de novos saberes, enriquecidos pela interação direta com a sociedade, permitindo que o conhecimento acadêmico ultrapasse os limites da universidade e se transforme em uma ferramenta de transformação social (Silva *et al.*, 2019).

3.4 RECURSOS UTILIZADOS

Os recursos necessários para a realização do projeto estão voltados à aquisição de materiais físicos indispensáveis às pesquisas, além de garantir o acesso a ferramentas essenciais para o desenvolvimento acadêmico dos alunos, com a possibilidade de solicitar recursos adicionais, caso haja demanda (Soares *et al.*, 2022).

As atividades do projeto exigirão custos mínimos relacionados a cópias reprográficas e a infraestrutura já existente na unidade da UNICESUMAR, como o laboratório de informática, o acervo bibliográfico e os espaços destinados aos encontros previstos. Também está planejado o acesso a outras bibliotecas, consulta a revistas científicas especializadas e participação em eventos acadêmicos, com a previsão de solicitação de apoio financeiro adicional, caso necessário (Soares *et al.*, 2022).

Os materiais a serem utilizados incluem cópias reprográficas e o uso eventual do laboratório de informática para redação e orientação. Ao final, os artigos produzidos foram impressos em papel A4 e disponibilizados também em formato digital (Soares *et al.*, 2022).

3.5 TEMAS A SEREM ABORDADOS

A temática, como mencionado anteriormente, está voltada para o estudo dos direitos da personalidade, cuja natureza jurídica tem origem em um conceito que sustenta os direitos a

ela inerentes (Nicolodi, 2003). Sílvio Venosa os definia como “o conjunto de poderes conferidos ao homem para figurar nas relações jurídicas” (2002, p. 148). Na doutrina, observa-se a existência de diferentes conceitos sobre os direitos da personalidade. Caio Mário, por exemplo, afirmava que “não constitui esta ‘um direito’, de sorte que seria erro dizer-se que o homem tem direito à personalidade. Dela, porém, irradiam-se direitos, sendo certa a afirmativa de que a personalidade é o ponto de apoio de todos os direitos e obrigações”.

É importante destacar que, em outros tempos, chegou-se a negar a existência desses direitos, argumentando que o homem não poderia possuir direitos sobre sua própria pessoa, pois isso justificaria, por exemplo, o suicídio (Nicolodi, 2003). Porém, este pensamento não se sustentou, chegando a conclusão de que os direitos da personalidade são direitos subjetivos que protegem os aspectos físico, moral e intelectual da pessoa, sendo inatos, permanentes e inerentes à sua existência. Têm como finalidade principal salvaguardar a dignidade humana, protegendo atributos essenciais contra agressões ou apropriações, tanto de particulares quanto do poder público (Nicolodi, 2003).

A pretensão do projeto aborda, nas reuniões, os seguintes temas: Acesso à Justiça e o Princípio do Devido Processo Legal no Novo Código de Processo Civil Brasileiro; os Direitos da Personalidade e o Dever de Colaboração das Partes previstos no Novo Código de Processo Civil Brasileiro; o Novo Código de Processo Civil e a Efetividade da Jurisdição nos Métodos Adequados de Solução de Conflitos; as Tutelas de Urgência e de Evidência no Novo Código de Processo Civil; o Código de Processo Civil e a Suspensão dos Prazos Processuais; a Inconstitucionalidade por Arrastamento: Declaração no Controle Concentrado e Repetição do Indébito Tributário; a Efetividade do Direito Processual Constitucional e os Paradoxos do Recurso Extraordinário; a Suspensão de Execução de Decisão Judicial: Análise dos Precedentes; as Linhas Mestras do Novo Código de Processo Civil; a Tutela Executiva no Novo Processo Civil e seus Reflexos nos Juizados Especiais Estaduais Cíveis; uma breve análise das Reformas Recentes no Direito Alemão e sua Influência no Novo Código de Processo Civil; as Novas Regras de Intimação e as Perspectivas para o Novo Código de Processo Civil; e a Impenhorabilidade no Novo Código de Processo Civil.

4 DA PRÁTICA PROMOVIDA PELA UNIVERSIDADE

No campo universitário a extensão é um pilar importante no processo de formação, um

estímulo ao exercício prático do conhecimento teórico, bem como merece destaque por sua função na interação social, papel importante no exercício da cidadania do acadêmico enquanto em seu processo de ensino-aprendizagem.

Segundo o estudo sobre “extensão universitária e formação no ensino superior”, realizado pelos estudiosos Santos, Rocha e Passaglio (2016, p. 25-27), essa prática possibilita “o estímulo à reflexão entre teoria e prática, ao desenvolvimento de postura ética e crítica, ao conhecimento do campo profissional, na troca versus transmissão de conhecimento”. Não obstante, pode-se verificar que o projeto em estudo alcançou o mesmo resultado - na medida que o seu desenvolvimento contemplou tais benefícios e atingiu novos setores.

A partir das análises realizadas, foi possível identificar que como objetivo primordial do projeto realizado pela Unicesumar, encontrava-se a intenção de preparar o aluno para a compreensão, revisão e aprimoramento na atuação junto ao público, e, posteriormente, examinar a fundo o tema a ser trabalhado e divulgar os resultados finais em palestras.

O projeto foi realizado no biênio de 2022 e 2023, com 7 palestras, que começaram em maio de 2021, abordando temas voltados aos direitos da personalidade. As palestras foram realizadas por meio de reuniões online, em escolas e em encontros, alcançando uma média de 223 pessoas. Da categorização realizada, extraiu-se que em todos os encontros realizados, foi aberto um momento para os espectadores apresentarem indagações sobre o tema pertinente, elas foram realizadas em horários diversificados, demonstrando flexibilidade para pessoas com diferentes disponibilidades.

A priorização em atuar para que o cidadão tenha acesso integral à informação, sobretudo, compreender e entender seus direitos, tanto sobre seus direitos individuais, quanto os sociais, permite melhores condições de exercê-los (Silva, 2020). A própria Constituição mantém expresso e reforça esse direito que, infelizmente, na prática, vem deixando a desejar, no sentido que sua amplitude é escassa, fazendo com que pessoas que se encontrem em um estado de vulnerabilidade social não tenham acesso a este conhecimento, o que acaba privando-as de exercerem seus direitos e deixando-as à mercê da má-fé de aproveitadores (Moura *et al.*, 2012).

De mais a mais, identificou-se que com o projeto o público-alvo para levar a informação se ampliou, estabelecendo-se parcerias com instituições de outras cidades e Estados, bem como com associações de grande reconhecimento, como a ACIM (Associação Comercial de Maringá).

Dessa forma, o universo do projeto contemplou tanto o público de Maringá/PR, quanto sua região (sobretudo as cidades vizinhas). O projeto contou com uma comissão composta por graduandos e contou com profissionais à disposição para auxiliar os palestrantes.

As atividades extensionistas são atividades que enriquecem o currículo acadêmico e profissional do educando, uma vez que propicia a comunhão do ensino teórico com a vivência prática daquilo que é visto em sala de aula. Registre-se que os benefícios são mútuos, conforme bem articula Rodrigues *et al.* (2013, p. 146):

[...] a sociedade e a comunidade acadêmica vivenciam um aprender de benefícios mútuos que favorecem ambos os lados. O fortalecimento da relação sociedade-universidade proporciona melhoria na qualidade de vida do cidadão, quando ocorre o rompimento das barreiras da sala de aula. A troca de informações deve acontecer entre aquele que está na condição universitária, para o que está na condição de aprender. Trata-se de uma passagem de conhecimento.

A Universidade Cesumar, com destaque para o campus de Maringá/PR abordado neste estudo, é extremamente reconhecida pela diversidade e relevância de suas atividades de extensão universitária. Estas iniciativas abrangem diferentes níveis de formação, incluindo estudantes de graduação, mestrado e doutorado, promovendo uma integração entre ensino, pesquisa e prática. As ações extensionistas têm como propósito central contribuir para o desenvolvimento acadêmico, fortalecer a interação social e fomentar uma cidadania ativa e consciente, aproximando a universidade da comunidade e contribuindo para a formação integral dos estudantes. Por meio dessas atividades, a instituição reafirma seu compromisso com a educação de qualidade e com a transformação social.

No momento em que a extensão universitária acontece, os acadêmicos saem da sua rotina em sala de aula passando a praticar o que foi proposto nesta e se aproximando das pessoas, objetivando qualidade na assistência prestada. A mudança social é um dos principais objetivos da extensão, que promove melhoria na qualidade de vida das pessoas assistidas. Trata-se de um progresso da academia com as comunidades (Rodrigues *et al.*, 2013, p. 146).

Além disso, essas atividades desempenham um papel fundamental ao estimular a interação entre os acadêmicos, criando um ambiente propício à troca de experiências e ao desenvolvimento de habilidades essenciais para sua formação integral. Esse processo não apenas contribui para o enriquecimento do currículo profissional, mas também fomenta competências como a colaboração, a escuta ativa e a capacidade de resolver problemas de forma

crítica e criativa. Alinhadas ao princípio da autonomia, essas práticas incentivam os estudantes a buscar soluções inovadoras e eficazes para os desafios e conflitos que enfrentam, promovendo uma postura proativa e reflexiva. No contexto do projeto, essa autonomia foi especialmente evidenciada na prática da exposição oral, permitindo aos participantes não apenas aprimorar suas habilidades de comunicação e argumentação, mas também fortalecer a confiança em suas capacidades de transmitir conhecimento e impactar positivamente os ouvintes.

5 CONCLUSÃO

Perante ao exposto, o projeto pode ser considerado uma ótima iniciativa privada para auxiliar o Estado em sua atuação na implementação do acesso à informação na sociedade, podendo ser utilizado como exemplo, incentivando para que outros entes particulares possam compactar com a política institucional.

O papel da universidade transcende a mera exposição de conteúdos aos seus discentes, sendo responsável pela formação de profissionais que atuarão na sociedade. Nesse sentido, a prática extensionista integra o processo de construção do conhecimento com a interação entre a academia e a comunidade, de modo que promove a troca de saberes populares e acadêmicos, o que fortalece a inteligência humana em prol do desenvolvimento social.

Conclui-se que o projeto realizado pela UniCesumar apresentou resultados positivos, sendo significativa contribuição para a promoção da política extensionista em outras instituições de ensino superior. Ademais, seu impacto social merece destaque, uma vez que, ao proporcionar acesso à informação, capacita os indivíduos a conhecerem seus direitos, empoderando-os para serem protagonistas de suas próprias vidas.

REFERÊNCIAS

- BARIANI, Isabel Cristina Dib. **Estilos cognitivos de universitários e iniciação científica**. 1998. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 1998.
- BAZIN, M. J. O que é Iniciação Científica. **Revista de Ensino de Física**, v. 5, p. 31-88, 1983.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 5-16, 1994.
- BERTONCELO, Edison R. E. Classes sociais no Brasil. **Plural**, v. 21, n. 2, p. 8-19, 2014.

BRITO, Barbara Moreira Barbosa; SILVEIRA, Antonio Henrique Pinheiro. Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 1, p. 7-21, 2005.

CEPIK, Marco. Direito à informação: situação legal e desafios. **Informática Pública**, v. 2, n. 2, p. 43-56, 2000.

FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli. **Princípio da publicidade da administração pública**. Tribunal de Contas, p. 9, 2008.

DEMO, Pedro. Pesquisa como princípio educativo. **Jornal da Alfabetizadora**, v. 5, n. 27, p. 21-22, 1993.

FERREIRA, Emanuelle Geórgia Amaral; SANTOS, Elisete Sousa; MACHADO, Miriam Novaes. Políticas de informação no Brasil: a Lei de Acesso à Informação em foco. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2012.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 27. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 45.

GALÁN, Alfredo; ROMERO, Cayetano Prieto. El ejercicio de funciones públicas por entidades privadas colaboradoras de la Administración. **Anuario de Derecho Municipal**, n. 2, p. 63-104, 2008.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social**: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, p. 357-363, 2005.

GUILHERME, Luiz Fernando. **Manual de direito civil**. 4. ed. São Paulo, 2021.

ICETI. Estatuto do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Maringá: ICETI**, 2023. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/iceti/wp-content/uploads/sites/11/2017/06/iceti-estatuto.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

ICETI. **Instituto de Ciência e Tecnologia da Informação**. Disponível em: <https://www.iceti.org.br/>. Acesso em: 02 out. 2024.

KALOUSTIAN, Selma M.; FERRARI, Marília. Introdução. In: KALOUSTIAN, Selma M. (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo-Brasília: Cortez-Unicef, 1994. p. 11-15.

MACHADO, Carolina Dias; CRISTO, Viviane Duarte Couto de. A colaboração público-privada como forma de efetivar o direito fundamental aos serviços públicos num cenário de escassez de recursos. **International Journal of Digital Law**, 2020.

MACHADO, Carolina Dias; SELLOS-KNOERR, Viviane Coêlho de. A colaboração público-privada como forma de efetivar o direito fundamental aos serviços públicos num cenário de escassez de recursos. **Revista Em Tempo**, v. 17, n. 1, p. 370-397, 2018.

MARTINS, Paula Ligia. **Acesso à informação**: um direito fundamental e instrumental. 2012.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Direito fundamental de acesso à informação. A&C - **Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 14, n. 56, p. 127-146, 2014.

NICOLODI, Márcia. Os direitos da personalidade. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, 2003.

PINHO, Maria José de. Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 22, p. 658-675, 2017.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima et al. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT-SERGIPE**, v. 1, n. 2, p. 141-148, 2013.

SECCO, Márcio; LIMA, Elivânia Patrícia de. Justiça restaurativa: problemas e perspectivas. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, p. 443-460, 2018.

SILVA, Ana Lúcia de Brito et al. Importância da extensão universitária na formação profissional: Projeto Canudos. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, p. [1-8], 2019.

SILVA, André Luiz Gardinal. **Tutela jurisdicional coletiva brasileira e a execução de direitos individuais homogêneos**.

57

SILVA, Wagner Pires. Extensão universitária: um conceito em construção. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 11, n. 2, 2020.

SOARES, Marcelo Negri (Líder do Projeto); LAGO, Andréa Carla de Moraes Pereira (Membro); SIQUEIRA, Dirceu Pereira (Membro); ÁVILA, Gustavo Noronha de (Membro); TEIXEIRA, Rodrigo Valente Giublin (Membro). **Acesso à justiça**: objetos e os instrumentos jurídicos simplificados para ampliação do alcance da tutela jurisdicional adequada dos direitos da personalidade – a universidade vai à comunidade. Maringá: Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR) e Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI), 2022.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, v. 10, n. 1, p. 435-458, 2007.

UNICESUMAR. **Conheça a Unicesumar**. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/conheca-a-unicesumar/>. Acesso em: 18 set. 2024.

UNICESUMAR. **O ICETI**. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/iceti/o-iceti/>. Acesso em: 18 set. 2024.